



As próximas ações estão previstas no distrito de Palmares

Operações integradas para prevenção de infrações no Pará

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio das Promotorias de Justiça de Tailândia, realizou operações em campo com o objetivo de prevenir e reduzir a ocorrência de infrações penais em bares, casas de shows e estabelecimentos similares no município. As ações contaram com a participação da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Arrecadação de Tributos e Regularização Fundiária, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente e Conselho Tutelar, evidenciando a atuação integrada entre os órgãos públicos. A iniciativa busca fortalecer o aperfeiçoamento interinstitucional e assegurar o direito fundamental à segurança pública, por meio de ações preventivas e da redução de infrações penais.

Nprojeto de escola pública no Acre

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) participou de uma ação educativa promovida pela Escola em Tempo Integral Padre Raimundo Aguinaldo Pereira Trindade, em Rodrigues Alves. A ação tem como objetivo apresentar diferentes profissões a estudantes de 9 e 10 anos para incentivar a construção de projetos de vida por meio da educação. A programação incluiu ainda uma visita ao plenário do Tribunal do Júri, onde as crianças vestidas de beca, participaram de uma simulação de julgamento.



O objetivo foi apresentar diferentes profissões a estudantes

MPRO reforça assistência a detentos

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) recomendou que a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e a direção da Casa de Detenção Masculina de Guajará-Mirim ampliem o atendimento em saúde e reforcem a assistência às pessoas privadas de liberdade. A medida foi expedida pela 3ª Promotoria de Justiça após apuração de possíveis falhas na unidade, incluindo problemas no atendimento a uma crise epilética e a ausência de capacitação específica de servidores para situações envolvendo saúde mental.

Acervo digital de livros da Universidade

A comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amazonas já pode acessar o acervo digital da plataforma Minha Biblioteca por meio de um aplicativo para dispositivos móveis. A novidade amplia as formas de acesso aos livros disponibilizados pela Universidade e permite que estudantes, docentes e técnicos, tanto da capital quanto dos campi do interior, consultem as obras diretamente pelo celular.

Campanha

A campanha itinerante “Sua Fala tem Voz”, promovida pela Ouvidoria do Ministério Público do Tocantins (MPTO), chegou à Praia do Funil, em Miracema do Tocantins, em continuidade às ações de aproximação entre a instituição e a sociedade durante a temporada de praias. A iniciativa levou informações sobre os canais de atendimento.

Perícia

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) participou, na última semana da solenidade pelos 11 anos da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia (Politec), em Porto Velho. O evento reuniu instituições da segurança pública e do sistema de Justiça para destacar a importância da perícia na produção de provas.

Licenciamento

O promotor de justiça Marcelo Moreira, titular da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, reuniu com representantes de órgãos ambientais a fim de tratar sobre o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Bioparque da Amazônia, e confirmou que 90% das pendências necessárias para a renovação da Licença de Operação (LO).

Acesso

O Ministério Público do Pará realizou uma reunião de alinhamento com representantes do Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) e do Núcleo de Igualdade Étnico-Racial (NIERAC). O objetivo foi fortalecer a atuação integrada voltada à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e à ampliação do acesso ao serviço.

Formação

O Núcleo de Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade do Amazonas, em parceria com a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (Seab/MDA), desenvolveu o projeto “Formação em Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar e Acesso a Mercados no Amazonas”.

Denúncia

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) ofereceu denúncia contra três homens por uma série de crimes cometidos em Dianópolis, no contexto de uma disputa de território entre facções criminosas rivais. Eles são acusados de homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado, participação em organização criminosa armada.



Fiscalização detectou ausência de pistola de insensibilização

Inspeção aponta irregularidades em matadouro no Amazonas

Fiscalização encontrou falhas sanitárias, estruturais e no abate

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) identificou uma série de irregularidades no novo Matadouro Municipal de Eirunepé após inspeção realizada durante o período de abate de bovinos. A fiscalização integra o Procedimento Administrativo nº 186.2025.000089, instaurado para acompanhar a implantação e o funcionamento da unidade, e contou com apoio da Polícia Civil do município.

A vistoria permitiu aos integrantes do MP acompanhar todas as etapas do processo, desde o abate até a manipulação, armazenamento e preparação da carne destinada à distribuição. O objetivo foi verificar o cumprimento das normas sanitárias, de bem-estar animal, segurança alimentar e das condições gerais de funcionamento do estabelecimento.

Entre as principais irregularidades encontradas está a ausência de pistola de insensibilização, equipamento considerado essencial para garantir o abate humanitário dos animais. Também foram constatadas a falta de serra apropriada para o corte das carcaças, deficiência na higienização das instalações e estrutura de refrigeração insuficiente para conservar a carne.

A inspeção ainda apontou inadequações na quantidade e nas condições dos ganchos utilizados para suspensão das carcaças, transporte da carne em veículo sem refrigeração, ausência ou insuficiência de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os trabalhadores e inexistência de período adequado de descanso dos animais antes do abate.

Outra falha identificada foi a ausência do período de maturação ou resfriamento das carcaças em câmara frigorífica antes da comercialização, procedimento considerado importante para a segurança sanitária e a qualidade do produto. O Ministério Público também verificou a necessidade de adequações na destinação e no descarte de resíduos e subprodutos do abate, conforme a legislação sanitária e ambiental.

Segundo o promotor de Justiça Cláudio Moisés Rodrigues Pereira, o novo matadouro representa um avanço para Eirunepé, mas precisa atender integralmente às exigências legais para garantir seu funcionamento adequado. De acordo com ele, a estrutura deve cumprir as normas técnicas e sanitárias para assegurar a proteção da saúde pública, o bem-estar animal e segurança dos trabalhadores.